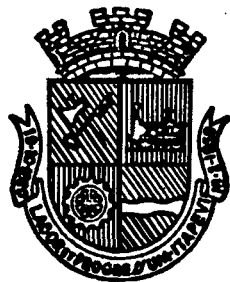


2º

# CÂMARA MUNICIPAL



# DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO Nº 025/94**

**PROJETO Nº 025/94**

**INTERESSADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

**ASSUNTO** Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a sociedade amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de centro de convivência destinado ao desenvolvimento de Programas de caráter Sócio-Cultural-Educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade /Município).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Lei 1139/94



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 025/94

(Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município)

APROVADO em 1ª Discussão  
Sala das sessões 31 / 05 / 1994  
Presidente

APROVADO em 2ª Discussão  
Sala das sessões 31 / 05 / 1994  
Presidente  
A COMISSÃO DE nº 01  
Sala das sessões nº 02  
31 / 05 / 94  
Presidente

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município.

**Art. 2º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 27 de maio de 1994

**RECEBEMOS**

30 / 05 / 94

*Caramez*  
SECRETARIA

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito

*Sérgio Bossan*  
**SÉRGIO BOSSAN**

**Secretário de Negócios Jurídicos**



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 017/94**

Itapevi, 27 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Augusta Casa, o incluso Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre autorização para o Executivo firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município.

Para viabilizar a análise da propositura, esclareço que as Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes e Lazer têm desenvolvido, inclusive por atuação conjunta, programas diversos de caráter sócio-cultural-educativo, cuja implantação tem sido dificultada pela ausência de espaço apropriado às instalações necessárias.

Ocorre que a Municipalidade não dispõe de verbas suficientes para arcar com o custo total de implantação e desenvolvimento dos projetos, primordialmente em razão do alto valor a ser dispendido em aquisição ou locação de prédio.

Buscando solucionar o problema apresentado pela falta de espaço adequado, nossos profissionais efetuaram contatos com representante de entidades civis sem fins lucrativos, as quais possuem áreas suficientes e não de todo utilizadas pelas próprias instituições, obtendo parecer favorável para atuação conjunta por parte da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido.

Assim sendo, o Poder Público Municipal poderá implantar projetos de interesse social em espaço de propriedade da referida Sociedade, mediante retribuição em forma de manutenção do local, pagamento de gastos com água e energia elétrica etc.

Do convênio a ser firmado constará, obrigatoriamente, os direitos e deveres das partes conveniadas, de forma a prevenir o interesse da população.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A entidade terá, ainda, a oportunidade de receber transferência de conhecimentos técnicos dos profissionais que trabalham nos programas, implicando em amplitude ainda maior de atendimento e orientação nas áreas mencionadas.

Acreditando na viabilidade de realização do objetivo, que se apresenta de extremo interesse da população, posto que visa impedir o abandono de nossas crianças e adolescentes ao acaso das ocorrências verificadas nas ruas, bem como possibilitar o acesso da comunidade aos conhecimentos técnicos necessários à profissionalização e consequente melhoria de condições sócio-econômicas, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja apreciada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa concedida pelo artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito

Excelentíssimo Senhor

**VALTER FRANCISCO ANTONIO**

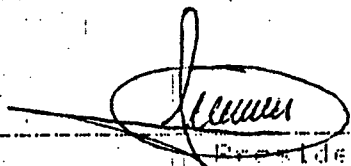
DD.Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.

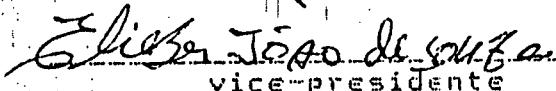
COPIA DA ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA SOCIEDADE AMIGOS  
DE JARDIM DO JARDIM MARIA CECILIA E JARDIM HOKAIDO  
11/07/93

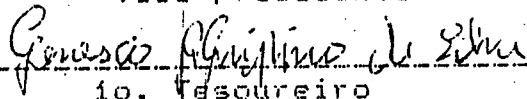
Reg. do Registro Jurídico  
do Cella SP  
Microfilmado sob n.º  
**024457**

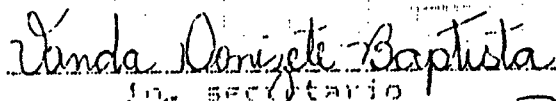
Aos onze dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e tres, precisamente às nove horas da manhã, deu-se início a eleição da nova Diretoria da S.A.B., com sede à Avenida Carolina de Abreu Paulino, n.º 1.673.

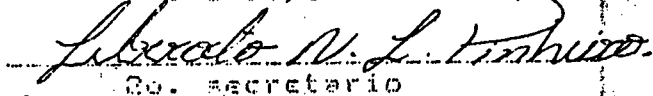
Tendo sido convidada para presidir as votações a Sra. Maria Oliveira dos Santos, Presidente da S.A.B. das vilas Rolim e Popi no município de Jandira, a qual convidou o Sr. Adalvo Ferreira dos Santos para secretariar a eleição e ele aceitou. Em seguida a mesma verificou as cédulas, lista de presença e constatando que estava tudo em ordem demos início a eleição, que ocorreu durante todo o dia tendo terminado às 17,00 horas. Ao terminar o horário estabelecido demos início a contagem dos votos, onde 40 (quarenta) sócios vieram votar, como tínhamos só uma (1) chapa que concorria à eleição, terminando a contagem ficou assim: 32 (trinta e dois) sócios votaram a favor da chapa; 4 (quatro) votaram contra, 4 (quatro) anularam o voto. Sendo a maioria dos votos a favor, a nossa diretoria fica assim constituída: Presidente: João Pinheiro RG 20.989.006; vice-presidente: Eliezer João de Souza RG 3.959.464-2; 1º. secretário: Vanda Donizete Baptista Pinheiro RG 17.318.914; 2º. secretário: Liberato Neto Lindolfo Pinheiro RG 1.185.232; 1º. Tesoureiro: Genesco Agripino da Silva RG 7.106.396; 2º. tesoureiro: Terezinha Antonia Pereira da Silva RG 11.142.231. No Departamento de Esporte e Cultura: Gersio Moreira Bastos; Na parte de promoção Social: Elizabeth Urbano Aliano; e como Conselho Fiscal, Paulo Firmo Barbosa, Shirley Maria de Almeida, Zacarias Romualdo Vaz; Antonia Maria Alves, Antonio Pereira Modesto. Após o término o presidente João Pinheiro fazendo uso da palavra agradeceu a confiança depositada no grupo prometendo continuar com nosso trabalho em prol da Entidade. Sem mais a nova diretoria eleita assina esta ata.

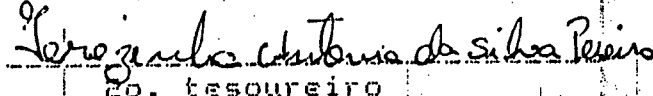
  
Presidente

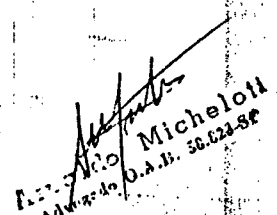
  
vice-presidente

  
1º. tesoureiro

  
1º. secretário

  
2º. secretário

  
2º. tesoureiro

  
Michelotti  
Advogado, O.A.B. 56.622-82

# Registro de Pessoas Jurídicas

Comarca de Cotia -- Estado de São Paulo  
Av. Prof. Manoel de Barros, 353

Apresentado por: 024457 em  
Microfilme: 13.527  
ano: 13.527

Cotia, 09 DEZ 1993

- ☐ Antonio Carlos Alves -- Oficial Autoriz.  
☒ Ailton Ferreira -- Oficial Autoriz.  
☐ Antonio Carlos Alves -- Escrevente Autoriz.

Selos e taxas recolhidas por verba

Cartório de Registro Pessoas  
Jurídicas da Com. de Cotia - SP

REGISTRO

TOTAL R\$ 455,70.-

Inclusive custas ao estado e  
contribuições ao IPESP.


56 350 473/3081-73

Sociedade Amigos do Trabalho  
Jd. M. Cecilia e J.L. Hamando

Av. Carolina de Abreu Paulina, 1673  
Jd. Maria Cecilia - P 05554  
ITAPEVI - SP

426-2305

João Ribeiro

	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL</b>	<b>CGC</b>		<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 56.350.473/0001-73
		<b>CGC</b>		<b>ATIV. PRINCIPAL</b> 80.29
<b>NATUREZA JURÍDICA</b> 16 - ASSOCIAÇÃO		<b>CGC</b>		
<b>CPF DO RESPONSÁVEL</b> 103690348-64		<b>ÓRGÃO DA RRE</b> 0811302 - COTIA		
<b>FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL</b> SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO JD M CECILIA E JD HOKKATDO				
<b>NOME FANTASIA</b>				
<b>LOGRADOURO</b> AVN CAROLINA DE A. PAULINO		<b>NÚMERO</b> 1673	<b>COMPLEMENTO</b>	
<b>CEP</b> 08654-160	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> JD. MARIA CECILIA	<b>MUNICÍPIO</b> ITAPEVI	<b>UF</b> SP	
<b>VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</b> <b>COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES</b> Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC				
M940188				

Capítulo I Denominação, Sede, Finalidades, Prazos de Duração: Artigo 1º Sob a denominação de Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecilia e Jardim Hokkaido, fica criado neste município, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos partidários ou religiosos, e com prazo de duração indeterminado. Artigo 2º A Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecilia e Jardim Hokkaido, tem por finalidades principais: I-Congregar os moradores destes dois bairros, com a finalidade de estudar e debater assuntos de interesse coletivo; II-ileitear junto aos poderes públicos para a solução dos casos de necessidade do bairro; Desenvolver as atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais que estiverem ao seu alcance.

Capítulo II - Dos Órgãos Sociais: Artigo 3º - São órgãos da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecilia e Jardim Hokkaido: a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

Capítulo III Artigo 4º A sociedade não fará distinção de raça, cor, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa. / Artigo 5º - São direitos dos sócios: a) votar e ser votado; b) tomar parte da assembléia e apresentar as propostas; c) gozar de todas as regalias que a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecilia e Jardim Hokkaido conquistarem juntamente com os moradores. Das obrigações dos sócios: Artigo 6º a) - Apresentar à Diretoria qualquer irregularidade verificada; b) pagar sua mensalidade; c) prestar esclarecimentos durante a assembléia geral, quando/forem solicitados; d) respeitar todos os sócios e velar pela harmonia entre eles. Demissão do sócio: Artigo 7º a) mediante seu expresse pedido; b) pelo não pagamento de 3(três) mensalidades consecutivas sem justificativa; c) pela expulsão, em virtude de falta grave, a juízo da assembléia. Artigo 8º O eliminado por falta de pagamento poderá ser readmitido ao saldar seu débito anterior.

Capítulo IV - Da Diretoria: Artigo 9º A Diretoria será composta de: a) um presidente b) um vice-presidente, c) 1º e 2º Secretários d) 1º e 2º Tesoureiros. Artigo 10º Os membros da Diretoria serão eleitos por voto secreto e seu mandato terá duração de 1(um) ano, podendo ser reeleitos. Artigo 11º - Compete à Diretoria coletivamente: a) administrar a sociedade, cumprindo e fazendo cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações das assembléias e do regimento interno; b) nomear funcionários de acordo com a assembléia geral, fixando vencimentos; c) autorizar despesas; d) resolver os casos omissos e propor à assembléia geral as modificações que se fizerem necessárias / no Estatuto; e) convocar o conselho fiscal; f) nomear comissões especiais. Artigo 12º A Diretoria reunir-se-á mensalmente com um quorum de no mínimo 2/3 de seus membros, a) participação nestas reuniões será aberta a qualquer sócio; b) as deliberações serão tomadas por maioria simples da Diretoria. Artigo 13º - será destituído o diretor que, sem justa causa não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6(seis) intercaladas.

Capítulo V Artigo 14º - Compete ao Presidente: a) representar a sociedade amigos de bairro do jardim maria cecilia e jardim hokkaido, judicial e



extrajudicialmente; b) presidir as assembleias e reuniões nas quais terá apenas direitos a discutir; c) cumprir e fazer cumprir as resoluções da assembleia geral e as da Diretoria; d) assinar juntamente com o primeiro tesoureiro: todos os contratos celebrados pela Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, apresentar relatórios anuais e circunstanciados da sua gestão à assembleia geral, convocar as reuniões anuais da Diretoria e das assembleias gerais ou extraordinárias. Compete ao Vice-Presidente: Artigo 15º - Colaborar estritamente com o Presidente em suas funções e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos.

Capítulo VI - Compete ao 1º Secretário: Artigo 16º a) redigir / as atas da assembleia geral e das reuniões da Diretoria; b) lavrar ou fazer lavrar atas, e assinando juntamente com o presidente; c) substituir / o Vice-Presidente em seus impedimentos; d) secretariar as reuniões da Diretoria e das assembleias gerais; e) redigir ou fazer redigir todas as correspondências, assinando-as quando lhe competir. Parágrafo Único - O segundo secretário substituirá o primeiro em suas faltas e impedimentos.

Capítulo VII - Compete ao 1º tesoureiro Artigo 17º a) arrecadar todas as importâncias devidas à Sociedade e ter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio da Sociedade; b) dar cumprimento às ordens de pagamento visadas pelo presidente e 1º (primeiro) secretário; c) depositar / em nome da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido em estabelecimentos bancários, designado pela Diretoria, não devendo conservar em seu poder quantia a 6 (seis) mensalidades; d) apresentar trimestralmente à Diretoria, o balanço do caixa e anualmente as contas de sua gestão que serão submetidas a aprovação do Conselho Fiscal e assinados pela Diretoria.

Capítulo VIII - Do Conselho Fiscal: Artigo 18º - O Conselho / Fiscal será composto de 5 (cinco) membros, eleitos em assembleia geral e com igual tempo de gestão da Diretoria. Artigo 19º - O Conselho Fiscal / tem o encargo de: a) examinar os balancetes, bem como o balanço anual e emitir pareceres a respeito; b) convocar assembleia extraordinária quando achar necessário; c) fiscalizar os atos da Diretoria e da tesouraria; d) aprovar as tabelas de taxas e contribuições. Artigo 20º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação da Diretoria ou por solicitação da maioria simples de seus membros. Parágrafo Único - será automaticamente cassado o mandato do conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justa causa a critério do mesmo conselheiro. Artigo 21º - as deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registrados em livro próprio de "atas".

Capítulo IX Das Assembleias Gerais: Artigo 22º a) assembleia geral é órgão soberano da sociedade e compõe-se de todos os sócios no gozo de seus direitos, tendo por faculdade de resolver dentro das limitações estatutárias e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos referentes às ati-

Atas e fins da sociedade. Artigo 23º - a assembleia geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de novembro, para: a) apreciação do relatório anual da Diretoria; b) discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, sobre o balanço de contas do exercício; c) discutir os interesses da sociedade; d) resolver os casos de expulsões. Artigo 24º - a assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente, em qualquer época quando convocada: a) pela Diretoria, através da maioria de seus membros; b) pelo Conselho Fiscal; c) a requerimento de um terço dos sócios quites, para tratar de assuntos de sua exclusiva competência. Artigo 25º - a convocação da assembleia geral é feita pela Diretoria através de um documento, onde será convocada. Este documento será afixado em local visível na sede da sociedade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, local, e hora da primeira e segunda convocação. Parágrafo Único: Será entregue aos sócios, quites, com o cofre da sociedade o documento da convocação. Artigo 26º - qualquer assembleia geral instalar-se-á em primeira convocação com metade e mais um sócio, quites e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de sócio. Artigo 27º - as deliberações da assembleia geral serão tomadas pela maioria dos sócios quites presentes, sendo proibidos os votos por procuração.

Capítulo I - dos departamentos auxiliares da sociedade: Artigo

28º - a sociedade deverá manter os seguintes departamentos: a) departamento recreativo e esportivo; b) departamento cultural. Artigo 29º - da competência dos departamentos: 1) departamento recreativo e esportivo; a) elaborar o seu regimento interno e submetê-lo à aprovação da Diretoria; b) promover e incentivar atividades culturais entre as sociedades e os moradores do bairro. Parágrafo Único: a, além dos departamentos referidos, a sociedade poderá criar outros que deverão observar os itens do presente artigo; b) um mínimo de 5 (cinco) sócios poderá criar um departamento desde que o mesmo venha de encontro aos interesses da coletividade.

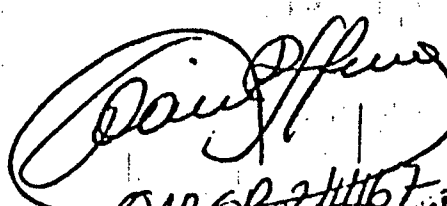
Capítulo XI - Das eleições de posse: Artigo 30º - As eleições para órgãos dirigentes da sociedade, realizar-se-ão de 1 (um) em 1 (um) ano, na primeira quinzena do mês de junho por chapa completa e conjunta da Diretoria e do Conselho Fiscal, pela assembleia geral ordinária, sempre por voto secreto, podendo seus membros serem reeleitos por igual período. Artigo 31º - Em caso de eleição coletiva, as eleições realizar-se-ão pela assembleia geral extraordinária, na mesma forma aqui estabelecida. Artigo 32º - O direito de voto é pessoal e individual, não podendo ser exercido por procuradores.

Parágrafo 1º - O sócio que tiver qualificação para candidatar-se, poderá apresentar para o registro na secretaria até 10 (dez) dias antes da votação, chapa completa de candidato, exigindo-se de cada candidato o mínimo de 3 (três) meses de filiação. Parágrafo 2º - Só poderá concorrer ao pleito, as chapas devidamente em tempo hábil na secretaria, que no dia da votação deverão estar afixadas na ban-

ou receptora de votos. Parágrafo 3º - É facultado ao candidato que encabeçar a chapa retirar o registro dela até uma hora antes do momento marcado para o início da votação. Parágrafo 4º - A apuração deverá ser iniciada meia hora após o término da votação, sendo executada pela mesa que a presidir, processando-se em público, na sede social. Parágrafo 5º - Os recursos contra os trabalhos de pleito só poderá ser interpostos até 2 (dois) dias após as eleições, para julgamento em assembleia geral extraordinária, convocada pela Diretoria em exercício para tal fim. Parágrafo 6º - A mesa fiscalizadora dos trabalhos de votação será composta por 1 (um) Fiscal indicado por cada chapa.

Capítulo XII - Dos bens patrimoniais: Artigo 33º O patrimônio da sociedade é constituído: a) Dos bens móveis e imóveis que possui e vier a possuir; b) Das contribuições dos sócios; c) Das subvenções, donativos, legados, etc... d) Das rendas patrimoniais; e) Dos resultados de atividades sociais. Artigo 34º - Os saldos apurados no fim de cada exercício poderão ser aplicados na aquisição de títulos da dívida pública ou bens imóveis, visando a obtenção ou melhoria da sede própria. Artigo 35º - É vedado o emprego dos fundos sociais em operações de caráter aleatório. Artigo 36º - Em casos de dissolução, o acervo social será destinado a outras entidades; à escolha da assembleia geral.

Capítulo XIII - Artigo 37º - Estes estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral. Parágrafo Único: As disposições destes estatutos poderão ser reformadas em sessão da assembleia geral, por deliberação de, pelo menos, dois terços dos presentes. Artigo 38º - É gratuito o exercício dos cargos da Diretoria e do Conselho. Artigo 39º - A assembleia, digo A sociedade só poderá ser dissolvida por deliberação de 50% + 1 dos sócios quitos, ou quando o número de sócios - for inferior ao necessário para se convocar a assembleia geral, ou seja cinquenta por cento mais um. Artigo 40º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria através da assembleia geral. Artigo 41º - A sociedade terá 10 litros de gasolina, à disposição dos sócios para casos de doença ou morte. Artigo 42º - O sócio deverá repor a gasolina assim que tiver condições. Artigo 43º - No caso de morte, a sociedade se compromete a colaborar com os moradores de acordo com nossas posses e as necessidades dos outros. Os sócios ficam cientes de que ao abandonarem a sociedade por de o direito de restituir o seu saldo.

  
018 SP 24/167  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
Anexo ao Cartório do Registro de Imóveis  
Comarca de Cotia  
Av. Antonio Mathias de Camargo, 87  
Estado de São Paulo  
Assentado hoje, pro: 01/09/99 registrado em micro-  
filme sob o número 13537  
107 187  
Cotia,  
Escritório Autorizado  
Selos pago por via eletrônica

55 353 473 / 0001-73

Sociedade Amigos de Bairro  
Jd. M. Cecilia e Jd. Hokkaido

Av. Carolina de Abreu Paulino, 1673  
Jd. Maria Cecilia - CEP 06654

ITAPEVI - SP



CARTEIRO DE REGISTRO  
CIVIL e TABELIONATO  
Lourdes Siveira Quilès  
Escrivã  
Bel, José Robles  
Cl. Maior  
Sueli Aparecida Cremasco  
Escr. Autorizada  
Fone: 426-2937  
Município de Itapevi  
Comarca de Cotia

## CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E

Livro 96

Fls. 359

MUNICÍPIO DE ITAPEVI

COMARCA DE COTIA

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA LEOPOLDINA DE CAMARGO N.º 186 - TELEFONE: 426-3357

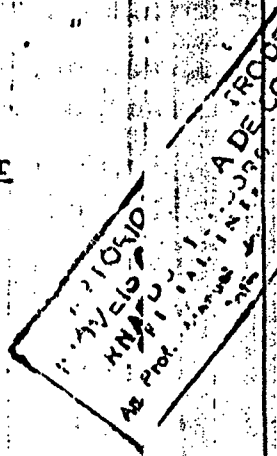
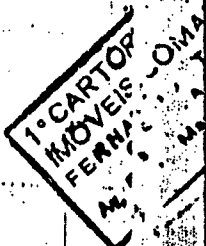
1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE  
IMÓVEIS COMARCA DE COTIA  
FERNANDO TEODORO ALVES  
PROF. INTERINO  
Av. Prof. Manoel José Pedroso, 363  
Cotia - SÃO PAULO

ESCRITURA PÚBLICA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS  
DOMINIAIS. VALOR DE CZ\$12.754,62.V VENAL CZ\$12.754,62.

Documento microfilmado  
Filme n.º 62962  
Registro de Imóveis  
Cotia - SP

S A I B A M quantos esta pública escritura virem que, aos 19 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 1.988 (Um mil novecentos e oitenta e oito) nesta cidade e Município de Itapevi, Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, em cartório perante mim Escrivã, compareceram partes entres, justas e contratadas a saber, de um lado como outorgante concedente: O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a rua Joaquim Nunes nº 65, neste Município de Itapevi, inscrito no C.G.C.M/F sob nº 46.423.0310001-28, neste ato representado pelo seu prefeito: SILAS MANOEL DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG nº 3.281.427 S.P., residente e domiciliado a rua Jandiro de Freitas nº 44, Jardim Bela Vista, neste Município de Itapevi; e, de outro lado como outorgado concessionário: SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO DO JARDIM MARIA CECÍLIA E JARDIM HOKKAIDO, com sede a rua Nove nº 105, Jardim Maria Cecília neste Município de Itapevi, com C.G.C.MF sob nº 56350473/0001-73, constituída em 21 de Junho de 1987, conforme estatuto registrado em microfilme sob nº 13527, no cartório do registro de Pessoas Jurídicas de Cotia, deste Estado, neste ato representado por seu presidente em exercício: PAULO FIRMO BARBOSA, brasileiro casado, rebarbador, portador do RG nº 13.013.812 SSP S.P. e c/c nº 691.176.168/91, residente a rua 01 nº 15, Jardim Hokaido, neste Município de Itapevi, conforme consta do Capítulo V, artigo 14º do estatuto acima mencionado; os presentes são conhecidos e entre si identificados como sendo os próprios por mim Escrivã em vista dos documentos apresentados, do que dou fé. E, então pelo outorgante concedente me foi dito que é possuidor de bens dominiais, designada como parte da área do sistema de Recreio

Recreio do lugar denominado Jardim Maria Cecília, neste Município de Itapevi, Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, transcrita sob nº 53.199 na 11ª Circunscrição Imobiliária de São Paulo, Capital e averbada sob nº 07, à margem da referida transcrição, cuja área assim se descreve: mede 22,35 metros de frente para a rua nove, do lado direito de quem da rua nove olha para o imóvel mede 87,00 mts, confrontando com a Av. Carolina de Abreu - Paulino, do lado esquerdo olhando no mesmo sentido mede 46,00 mts, dividindo com o remanescente da área de sistema de recreio nos fundos mede 114,00 metros, dividindo com o Município de Jandira, encerrando uma área de 2.437,00 mts<sup>2</sup>; cadastrado na Prefeitura Municipal de Itapevi sob nº 231236316000100000; que essa área foi desapfetada pelo outorgante conforme Lei 795, de 26-05-1.988; que pela presente escritura concede ao outorgado o direito real de uso, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, nos termos do artigo 65, § 1º do Decreto Lei complementar nº 09, de 31 de Dezembro, de 1.969; que o concessionário fica obrigado e se compromete a dar início a construção das obras assistenciais, dentro do prazo de três anos, sob pena de revogação da concessão, independentemente do pagamento de indenização ou de qualquer quantia de qualquer título para a Municipalidade; todas as melhorias que por ventura for construída no imóvel, podendo o executivo fazer constar outras obrigações e exigências legais; que a concessão ora autorizada, não poderá ser transferida a qualquer título, cuja administração deverá sempre estar a cargo das Sociedades ora beneficiadas; que as despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta das sociedades ora concessionárias; que o valor dado a concessão de R\$ 12.754,62, é apenas para efeitos fiscais; que as partes autorizam todas as averbações necessárias no registro de imóveis; que se responsabilizam por eventuais débitos de impostos e taxas (artigo 36 da Lei 4.476 de 20-12-1.984); Pela outorgada concessionária na forma representada, me foi dito que aceitavam, como de fato aceitado tem, a presente escritura em todos os seus expressos termos e dizeres, tal como se encontra redigida, declarando expressamente ter recebido nesta data a área de terras descritas e caracterizada, em perfeitas condições aqui estatuidas. Pelas partes foi dito ainda que nos termos do parecer normativo da corregedoria geral da Justiça de 16-1-1986, deixavam de apresentar os documentos exigidos pela Lei 7.433 de 18-12-1.985, não ser a certidão de propriedade com negativa de ônus que fica fazendo partes integrante desta nos termos do artigo 2º § 2º e 3º da Lei 93.240 de 09-09-1986; que nos termos do provimento 05/81 da Corregedoria geral da Justiça dispensavam a presença do testemu-





testemunhas. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei esta escritura, a qual feita e lida sendo lida, acharam-na legítima e outorgaram, aceitaram e assinam. Emitida declaração Imobiliária CF. IN. SRF 129/80. Dou fé. Eu, (a.) Lourdes Silveira Quilles Escrivã a lavrei. (a.a.) SILAS MANOEL DE OLIVEIRA- PAULO FIRMINO BARBOSA. Nada Mais. Legalmente lavrada por verba. Traslada a seguir. Está conforme. Dou fé. Eu, Lourdes Silveira Quilles (Lourdes Silveira Quilles) Escrivã, afiz datilografar, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

EM TESTO Lourdes Silveira Quilles DA VERDADE

Lourdes Silveira Quilles  
=LOURDES SILVEIRA QUILLES=  
ESCRIVÃ

Lourdes Silveira Quilles  
Escrivã

CARTEIRO DE REGISTRO  
CIVIL e TABELIONATO  
Lourdes Silveira Quilles  
Escrivã  
Bel, José Robles  
Cl. Maior  
Sueli Aparecida Cremasco  
Escr. Autorizada  
Fone: 425-4937  
R. d. Itapavi  
São Paulo

Firma no 18.º Tabelionato  
Av. São João, n.º 6.

Firma no 5.º Tabelionato - São Paulo  
Praça da Sé, n.º 158

CARTEIRO DE REGISTRO  
IMOVEIS  
FERNANDES  
M. P. S.  
COMARCA DE TUBARÃO  
DE COTIA  
ALVES  
JOSE PEDRO DE ALVES  
24-80, 283

CARTEIRO DE REGISTRO  
IMOVEIS  
FERNANDES  
M. P. S.  
COMARCA DE TUBARÃO  
DE COTIA  
ALVES  
JOSE PEDRO DE ALVES  
24-80, 283

matrícula  
54.314

ficha  
01

de Cotia

Cotia, 18 de janeiro de 1989.

**IMÓVEL:-** UMA ÁREA DE TERRENO, destacada da ÁREA DO SISTEMA DE RECREIO, do lugar denominado "JARDIM MARIA CECILIA", situado no município de Itapevi, Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, com as seguintes medidas e confrontações: mede. -- 22,35 metros de frente para a Rua Nove, do lado direito de quem da Rua Nove olha para o imóvel, mede 87,00 metros, confrontando com a Avenida Carolina de Abreu Paulino; do lado esquerdo olhando no mesmo sentido mede 46,00 metros, dividindo com o remanescente da área do Sistema de Recreio, nos fundos mede 114,00 metros, dividindo com o Município de Jandira, encerrando uma área de 2.437,00 metros quadrados. -

**INSCRIÇÃO CADASTRAL:-** nº23.123.63.16.0001.00.000.-

**REGISTRO ANTERIOR:-** Transcrição nº53.199 do 11º C.R.I.S.P. -

**PROPRIETÁRIO:-** O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, pessoa jurídica de Direito público interno, com sede à Rua Joaquim Nunes nº65, em Itapevi, e inscrito no CGC/MF nº46.423.031.0001-28.-

O OFICIAL INTERINO: FERNANDO TEODORO ALVES.

R.01.M- 54.314, em 18 de janeiro de 1.989.-

**TITULO:-** CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS DOMINIAIS.- Pela escritura de 19 de Dezembro de 1.988, (Livro 96- folhas- 359) do Cartório de Registro Civil e Tabelionato do município de Itapevi, desta comarca; e por força da Lei nº795 de 26 de maio de 1.988, do município de Itapevi, o imóvel objeto desta matrícula, foi desafetado, passando a classe dos bens dominicais, e foi dado em concessão de direito real de uso à SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO DO JARDIM MARIA CECÍLIA e JARDIM HOKKAI DO, com sede à Rua Nove nº105, Jardim Maria Cecilia, em Itapevi, inscrito no CGC/MF nº56.350.473/0001-73, concessão essa - pelo prazo de 50 anos, nos termos do artigo 65, § 1º do Decreto Lei complementar nº09 de 31.12.1969; sendo atribuído à presente o valor de Cz\$12.754,62. -

O ESC. AUTORIZADO: JOSE ROBERTO S.SANTOS.  
D. Cz\$18.000,00.- ou NCz\$18,00

**CERTIFICO E DOU FÉ** que a presente cópia é uma autêntica da ficha a que se refere extraída nos termos do Art. 1º, § 1º da Lei nº 605 de 31 de Dezembro de 1973.

Cotia - SP

As custas e emolumentos referentes a presente certidão foram cobradas no recibo que faz parte integrante deste documento.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 - AO PROJETO DE LEI 25/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor

Quanto ao mérito, a propositura é lóuavável, eis que visa autorizar o Executivo a firmar convênio que beneficiarão os Jardins Maria Cecília e Jardim Hokaido.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, con<sup>cl</sup>amando os Nobres Companheiros que votem pela apreciação da matéria.

Sala das Comissões, 31 de maio de 1.994.

### COMISSÃO 01

HERMOGENEZ JOSÉ SANT' ANNA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

MARIA RUTH BANHOLZER

LAFAIETE RODRIGUES

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

### COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

SÉRGIO MONTANHEIRO

GEORGE XAVIER PEREIRA

MANOEL VIANA FILHO

VITAL FORTIANO DOS REIS



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 - AO PROJETO DE LEI 25/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis que visa autorizar o Executivo a firmar convênio que beneficiarão os Jardins Maria Cecília e Jardim Hokaido.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, con clamando os Nobres Companheiros que votem pela apreciação da matéria.

Sala das Comissões, 31 de maio de 1.994.

### COMISSÃO 01

  
HERMOGENEZ JOSÉ SANT' ANNA

  
JOÃO FERREIRA DO MONTE

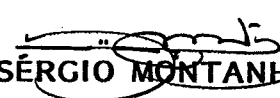
  
MARIA RUTH BANHOLZER

  
LAFAIETE RODRIGUES

  
JADIR FRANCISCO DE SOUZA

### COMISSÃO 02

  
LAERTE CASAGRANDE

  
SÉRGIO MONTANHEIRO

  
GEONE XAVIER PEREIRA

  
MANOEL VIANA FILHO

  
VITAL PONCIANO DOS REIS



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 021/94

(Projeto de Lei nº 025/94-DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e / Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização, por intermédio de ação cooperativa Entidade Município."


Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município.

Art.2º - As despesas com a execução desta Lei / correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de / sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI, 1º de junho de 1.994.-

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

  
Presidente

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

  
1ª Secretária



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI Nº 1.199, DE 03 DE JUNHO DE 1994

(Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município)

**JOÃO CARLOS CARANEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Maria Cecília e Jardim Hokkaido, objetivando a implantação de Centro de Convivência destinado ao desenvolvimento de programas de caráter sócio-cultural-educativo estabelecidos pelas Secretarias Municipais para realização por intermédio de ação cooperativa Entidade/Município.

**Art. 2º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 03 de junho de 1994

**JOÃO CARLOS CARANEZ**  
Prefeito

**SÉRGIO BOSSAN**  
Secretário de Negócios Jurídicos



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

**LEI 1.199/94**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 03 de junho de 1994.

**JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE**  
**Chefe de Gabinete**